

A RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE RAZÃO E FÉ NO PENSAMENTO DE SANTO AGOSTINHO

Maria Lindalva *
Tedson Braga **

RESUMO

Agostinho é um dos principais expoentes da escola filosófica Patrística, que é a filosofia dos pais ou padres da Igreja. Corresponde à primeira fase da filosofia medieval que se divide em patrística e escolástica e tinha como objetivo a expansão do cristianismo e o combate aos hereges e pagãos. Neste trabalho veremos que a relação entre os conceitos de razão e fé os torna intimamente ligados no pensamento de Santo Agostinho e para compreendermos com clareza é necessário entendermos que a sua vida pessoal reflete em sua maneira de fazer filosofia. Assim, Agostinho buscava o conhecimento não apenas porque acreditava que lhe faltava algo, mas, principalmente, objetivava escapar tanto das heresias quanto de uma fé cega e incauta.

PALAVRAS-CHAVE

Agostinho. Conhecimento. Patrística.

RÉSUMÉ

Augustin est l'un des principaux représentants de l'école philosophique patristique, qui est la philosophie des pères ou pères de l'Église. Elle correspond à la première phase de la philosophie médiévale, divisée en patristique et scolastique et visant à étendre le christianisme et à combattre les hérétiques et les païens. Dans cet ouvrage nous verrons que la relation entre les concepts de raison et de foi les rend étroitement liés dans la pensée de saint Augustin et pour bien comprendre il faut comprendre que sa vie personnelle reflète sa manière de faire de la philosophie. Ainsi, Augustin recherchait la connaissance non seulement parce qu'il croyait qu'il lui manquait quelque chose, mais surtout parce qu'il cherchait à échapper à la fois aux hérésies et à une foi aveugle et imprudente.

MOTS-CLÉS

Augustin. Connaissance. Patristique.



EU CREIO PARA CONHECER E COMPREENDO PARA CRER MELHOR
AGOSTINHO DE HIPONA

Agostinho é um dos principais expoentes da escola filosófica Patrística, que é a filosofia dos pais ou padres da Igreja. Corresponde à primeira fase da filosofia medieval que se divide em patrística e escolástica e tinha como objetivo a expansão do cristianismo e o combate aos hereges e pagãos.

A relação entre os conceitos de razão e fé estão intimamente ligados no pensamento de Santo Agostinho e para compreendermos com clareza é necessário antes de tudo passarmos por sua biografia, já que a sua vida pessoal reflete em sua maneira de fazer filosofia. Agostinho buscava o conhecimento porque acreditava que lhe faltava algo.

* Discente no curso de Licenciatura em Ciências Humanas Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo.

** Atua principalmente nos seguintes temas: ética, filosofia do direito e epistemologia. Com mestrado defendido pela Universidade Federal da Paraíba com o título "O Estatuto Epistemológico do Direito racional em Kant", tendo feito seu doutorado em filosofia na Universidade Federal do Ceará, desenvolvendo sua pesquisa em metaética, filosofia política e construtivismo moral. É docente no curso de Licenciatura em Ciências Humanas Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo.

1 A FIGURA HUMANA DE AGOSTINHO - UM BREVE PASSEIO PELA BIOGRAFIA DE AGOSTINHO

Agostinho nasceu em 354 no município de Tagaste na província romana da Numídia, país que atualmente se chama Argélia Sua mãe, Mônica – posteriormente veio a ser canonizada e passou a ser santa Mônica – era uma cristã devota e seu pai, Patrício, um pagão convertido ao cristianismo no leito de morte. Podemos inferir que a dualidade fé e razão se mostra na vida de Agostinho desde a infância, e sem dúvida, influenciou todo o pensamento Agostiniano.

No verão de 386, como ele próprio contou depois, a conversão foi incitada por uma voz infantil que ele ouviu pedindo-lhe para “tomar e ler” (em latim: *tolle, lege*), o que ele entendeu ser um comando divino para abrir a Bíblia, abri-la e ler a primeira coisa que encontrasse. Agostinho abriu na Epístola aos Romanos num trecho conhecido como “transformação dos crentes”, os capítulos 12 ao 15, no qual Paulo delineia como o Evangelho transforma os crentes e seu comportamento. O trecho exato, segundo ele, foi; “Andemos honestamente como de dia, não em orgias e bebedices, não em impudícias e dissoluções, não em contendas e ciúmes; mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo, e não vos preocupeis com a carne para não excitardes as suas cobiças.” (Romanos 13:13-14).

Na primavera de 430, Agostinho já estava muito doente e faleceu finalmente em 28 de agosto de 430. Agostinho foi canonizado por aclamação popular e foi depois reconhecido como Doutor da Igreja em 1298 pelo papa Bonifácio VIII.

2 CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE RAZÃO NO PENSAMENTO DE SANTO AGOSTINHO

A influência do pensamento agostiniano sobre seu próprio tempo expandiu-se para muito além dele. Suas reflexões sobre as relações entre fé e razão deixam como legado para a Idade Média um programa intelectual, fornecem, por assim dizer, aos medievais um quadro de pensamento que eles irão desenvolver. Com Santo Agostinho constitui-se um “filosofar-na-fé” que influenciará o pensamento ocidental por mais de um milênio.

Iniciaremos o nosso trabalho pela conceituação do que é a razão para Santo Agostinho. Agostinho diz que a razão (*ratio*) é a condição primeira da própria possibilidade da fé. Sem a razão não existe a fé, já que de todos os seres existentes, o ser humano é o único dotado de razão e por isso mesmo pode desenvolver a fé. Pela razão e pelo pensamento é que ele conhece o inteligível, é também é nele a marca deixada por Deus em sua obra. O próprio conhecimento obtido pela razão, ou visto da verdade enfim adquirida, é a inteligência: intelectos

Agostinho separa a razão em duas. A razão que precede a fé, ou seja, a razão dos filósofos e dos ateus, que ele denomina de *ratio ante fidem* é apenas e somente razão natural. No entanto, a palavra razão nesse contexto não tem sentido apenas de opinião, mas sim de conhecimento.

O mesmo não se pode dizer da razão que opera ou atua depois e dentro da fé a qual Agostinho denomina de *post fidem*. No entanto, em relação as verdades concebidas por essas duas razões Agostinho nem sempre consegue distingui-las. Ao adotar um duplo processo, na ilustração do conteúdo da razão e da fé, legítima semelhante distinção: quando argumenta com base na autoridade, a partir de premissas reveladas, procede como teólogo; quando, pelo contrário, em relação a verdades comuns à fé e à razão, utiliza processos estritamente racionais, faz filosofia.

O reconhecimento do papel insubstituível da razão filosófica tanto na preparação do ato de fé (*fides qua*) como no conhecimento das verdades reveladas (*fides quae*) é constantemente afirmado. Por isso, adverte instantaneamente Consêncio, seu correspondente:

Deus está longe de odiar em nós aquilo em que nos criou superiores aos restantes animais. Longe de nós pensar que a fé nos leva a rejeitar e a fugir da razão, dado que nem sequer poderíamos acreditar se não tivéssemos almas racionais. É próprio da razão reconhecer que a fé deve preceder a razão no tocante a certas verdades que fazem parte da doutrina de salvação e de cuja compreensão não seremos ainda capazes, embora o sejamos mais tarde. E isto porque, purificando o coração, a fé apreende e transporta consigo a luz da grande razão por isso, parece muito razoável que a fé preceda a razão. E a razão que nos persuade de que a fé deve preceder uma certa grande razão; por isso, por mínima que seja, essa primeira razão é prévia à fé.

Agostinho considera que a razão prescinde a fé, como expressão de bom senso natural, a conferir razoabilidade à fé, de modo que são verdadeiras e sem contradição as duas formas que utiliza:

crede ut intelligas e intellige ut credas. No entanto, a aparente contradição é resolvida por Agostinho facilmente, acrescentando a cada uma das diferentes expressões de finalidade o seu correspondente objetivo.

A versão mais precisa e completa será então: *intellige ut credas (verbum meum) e crede ut intelligas (verbum Dei)*. Nesta fórmula exprime de forma integral o método agostiniano, o *intellige* da primeira parte parece aludir às reflexões da Carta a Consêncio sobre as razões ou motivos de credibilidade que precedem a fé, e a expressão *ut credas* designa a convicção ou confiança com que se adere a essas mesmas razões (*fides qua*), a ao passo que as mesmas expressões da segunda parte referem-se mais diretamente, o *crede*, ao conjunto das verdades reveladas (*fides quae*), e o *ut intelligas*, a um entendimento maior ou superior à inteligência meramente natural. Observa-se, deste modo, entre as duas partes uma sequencialidade lógica e estrutural de mútua ou recíproca potenciação, a convergir numa única e mesma finalidade cumulativa – a de conhecer definitivamente aquilo em que por fé se acredita.

Supondo que a razão tenha decidido inspirar-se na fé, resta saber o que é a fé, e aqui ainda é necessário um trabalho racional. Os filósofos pagãos enganam-se porque não têm fé, mas os heréticos pretendem ter uma e, contudo, eles se enganam porque se enganam quanto à natureza do conteúdo do que a fé ensina.

3 CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DA FÉ NO PENSAMENTO DE SANTO AGOSTINHO

A nossa fé diária é posta, muitas vezes, em coisas infundadas. Na vida cotidiana em geral seguimos, habitualmente, os preceitos de autoridades, antes mesmo de utilizarmos nossa razão. Um exemplo disso é como sabemos que somos filhos de nossos pais? Acreditamos, e nos submetemos à sua autoridade. Seria considerado tolo quem se recusasse a amar os seus pais sob o pretexto de não ter provas de sua filiação. Em suma, a fé pode ser vista como uma etapa normal do pensamento, é a condição da família, da sociedade, das instituições, do conhecimento. No entanto, Santo Agostinho desloca incisivamente a fé cotidiana para o plano da transcendência.

A fé é uma preparação para o entendimento daquilo em que se acredita. Ela purifica a mente. De si mesmo, o ato de fé, consistindo na submissão à autoridade da palavra divina, é já remédio contra o orgulho e dispõe a vontade a não perturbar a inteligência na procura da verdade. Além disso, estando concentrada numa verdade, a atenção da mente liberta os olhos espirituais das seduções dos sentidos e da imaginação. Sobretudo e principalmente, com as verdades conhecidas por revelação, o homem conhece já as normas do correto comportamento e vivendo bem dispõe-se cada vez melhor para conhecer a verdade. (Agostinho, 2002, p. 214).

Em sua jornada que o conduziu à fé, Agostinho logo começa pela razão, ainda que de forma bem simples, quase que no senso comum, pois atende prevalentemente aos motivos de credibilidade (*fides qua*). No momento em que consegue alcançar a fé, a razão é convocada a explicar o conteúdo da mesma fé (*fides quae*).

Se, por um lado, por meio da fé o homem consegue vislumbrar o caminho de uma redenção do mal e, por conseguinte, tornar-se um homem menos corrompido, um homem novo, por outro lado, é pela razão que os humanos podem refletir sobre seus passos rumo à ascensão ao Bem Supremo. É, pois, a fé, segundo o entendimento de Santo Agostinho, que prepara o homem para a reflexão, ou seja, a fé impulsiona o homem à reflexão, para que ele tenha discernimento do como, por que, para quê, e, principalmente, a quem dirige a sua crença.

É importante destacar que neste segundo estágio em que prevalece a fé, esta exerce uma influência altamente positiva, purificando o espírito, abatendo o orgulho pela submissão à autoridade divina, de modo a facilitar a investigação ulterior e uma maior abertura aos dados da experiência.

A fé é uma preparação para a inteligência daquilo em que se acredita. A fé desempenha um papel propedêutico e indireto, já que não é chamada a provar diretamente qualquer verdade natural, simplesmente a dispor o espírito a procurar e a entender aquilo em que acredita, entendimento sobretudo natural – compreensão da natureza espiritual de Deus, demonstração filosófica da existência de Deus, por exemplo –, mas também sobrenatural e mística.

Como visto anteriormente, Santo Agostinho não propõe a fé cega, pelo contrário, propõe uma fé que vem a partir da razão. Uma fé estudada. É preciso ter a razão para se ter a fé e com a fé também se tem a razão. A razão aqui no sentido de conhecimento. Para Santo Agostinho, embora seja possível ter a razão sem fé, é uma razão esvaziada, como se houvesse apenas um lado de uma moeda. A razão e a fé se completam e a partir disso se transforma em inteligência.

A fé, seria como a escuridão de um cego, pois não enxerga claramente a verdade, no entanto, consegue senti-la e assim distinguir o que é verdadeiro. A recompensa que o Homem recebe da fé é precisamente a inteligência. Ele não a receberia se a fé fosse somente uma simples aceitação da autoridade divina, por assim dizer, uma submissão bruta do espírito. Assim, crer é somente acreditar em Deus: ceder *Deo*; o que é preciso, além disso, é querer fazer à vontade Deus, e, em se tratando das coisas eternas. Há as que são visíveis e outras invisíveis.

É visível, por exemplo, o corpo imortal de Cristo. Acreditamos nos *visibilia permanentia*, sem que possam ser tornados visíveis para nós, mas esperamos vê-los um dia. Ao esperar, contentamo-nos em crer, pois não há como tentar compreendê-los pela razão e pela inteligência. Quanto aos *invisibilia permanentis*, como a “Sabedoria” ou a “Justiça”, é outra coisa. Tais objetos podem ser, desde o presente, buscados pela razão e encontrados pela inteligência. De fato, os vemos (*contuemur*) pela luz do intelecto; e esta luz, pela qual os vemos, é, ao menos, tão certa quanto são tais objetos. Logo, há em nós um tipo de luz inteligível, graças à qual vemos, por assim dizer, as realidades inteligíveis e, como elas são permanentes, o conhecimento que temos delas é muito mais certo do que nosso conhecimento das coisas sensíveis. Isso é o que quer dizer São Paulo quando afirma os *invisibilia intellectur conspiciuntur* (Rm 1,20). Trata-se essencialmente dos *invisibilia Dei*, e, portanto, os olhares de Agostinho irão se dirigir para esse flanco da fé, há uma inteligência relativa ao que se deve e se quer crer, a qual é impossível ao homem dispensar. Dito isso, a razão fez tudo o que poderia ter feito por si mesma: ela deverá todos os seus progressos ulteriores à influência benéfica da fé.

Por meio da fé chegamos à Verdade, mas ainda de maneira velada. A inteligência e a sabedoria nos fazem descobrir nela o sentido; a primeira por uma visão simples, antes de tudo especulativa; a segunda por um juízo de valor inspirador, diretamente, pela caridade de que nos une, intimamente, a Deus (Misiara, 1955, p. 107).

O primeiro, que é a fonte de todos os outros, será encontrar-se fixado à verdade. Lembremos que, em virtude da experiência moral que a doutrina agostiniana das relações entre fé e razão formula, ela recusa separar a iluminação do pensamento da purificação do coração. Tomada em sua essência, a fé agostiniana é simultaneamente adesão do espírito à verdade sobrenatural e abandono humilde do homem em sua totalidade à graça do Cristo. Ademais, como as duas coisas poderiam se separar? A adesão do espírito à superioridade de Deus supõe a humildade; e a humildade, por sua vez, uma confiança em Deus que é, em si mesma, um ato de amor e de caridade. Se tomamos, portanto, a vida espiritual em sua complexidade concreta, aquele que adere a Deus pela fé não submete simplesmente seu espírito à letra das fórmulas; ele curva sua alma e todo o seu ser à autoridade de Cristo, que nos dá o exemplo da sabedoria e nos confere os meios de chegar a ela.

3.1 A busca de Deus em Santo Agostinho

Em todo o Livro X das *Confissões*, Santo Agostinho demonstra a sua incansável busca a Deus; no entanto, Santo Agostinho não encontra Deus no além, mas dentro de si.

Vós, Senhor, podeis julgar-me, porque ninguém conhece o que se passa num homem, senão o seu espírito, que nele reside. Há, porém, coisas no homem que nem sequer o espírito que nele habita conhece. Mas Vós, Senhor, que o criastes, sabeis todas as coisas. Eu, ainda que diante de Vós me despreze e me tenha na conta de terra e cinza, sei que vós algumas coisas que não conheço de mim. Nós agora vemos como por espelho, em enigma, e não ainda face a face. Por isso, enquanto peregrino longe de Vós, estou mais presente a mim do que a Vós. (Agostinho, 1973, X, 5).

Nessa passagem podemos perceber que Santo Agostinho encontra Deus em sua alma, ou seja, em seu interior, e não no exterior; além disso, para que ele passe a se autoconhecer deve, primeiramente, conhecer a Deus, deve primeiro buscá-lo, pois Deus o conhece mais que a si mesmo; e, assim, se dá a busca de Santo Agostinho a Deus. Sob esse olhar, podemos inferir que o princípio e fundamento

da filosofia de Santo Agostinho pode ser entendido como o conhecimento de si mesmo que é a base do conhecimento certo. Agostinho irá sempre se remeter a uma reflexão fundamental de retorno ao eu interior.

Com efeito, entre o Pai e nós, Jesus Cristo é o mediador, mas apenas à medida que, pela fé e pela caridade, somos nele como ele é em nós. Por isso o homem deve dar o valor mais alto ao desejo de se incorporar ao Cristo, que salva. No entanto, o Cristo é apenas o mediador para unir o homem resgatado ao Pai Celeste na visão beatífica. Ora, essa visão é um conhecimento- estou face a face: os bem-aventurados que veem Deus, graças a Jesus Cristo, não mais creem que o Pai enviou seu único Filho como um mediador para unir-se a eles e conduzi-los à sua perfeição; eles tampouco creem que o Pai está no Filho por natureza, do mesmo modo que o Filho está em nós por graça, eles sabem. Quanto a nós, que ainda não vemos, podemos apenas acreditar. No entanto, a caridade inseparável que une o Filho ao Pai existe desde o presente e já opera naqueles que estão unidos ao Filho por uma fé nutrida pela caridade. Por intermédio de Jesus Cristo, em quem eles creem, os justos aderem ao Pai, que conhecerão mais tarde ao vê-lo face a face. Como a fé deles não tenderia desde o presente na direção do conhecimento que ela prepara?

Segundo Juarez (1996, p. 20), “Santo Agostinho inventou três novos gêneros literários de retorno à interioridade: o solilóquio, a confissão e a retração, convertidos em modelos clássicos amplamente imitados”. Sócrates, Sêneca e outros já haviam praticado a via interior, no entanto, a referência para Santo Agostinho foi Platão. Toda a perspectiva de Santo Agostinho foi influenciada pelas doutrinas de Platão. Seu contato com essas doutrinas teve um papel crucial em seu desenvolvimento espiritual. Ele conseguiu libertar-se dos últimos grilhões da falsa visão maniqueísta quando finalmente passou a ver Deus e a alma como imateriais.

A partir de então, para Santo Agostinho, a oposição cristã entre espírito e carne devia ser compreendida como o auxílio da distinção platônica entre o corporal e o não corporal. A filosofia agostiniana está apoiada no impulso recíproco da fé e da razão, pois reconhece no mundo sinais de Deus como absoluto e presente, superior e interior. O itinerário até Deus é, de uma parte, ascendente e, de outra, interiorizam-te. Nessa dupla face permite a compreensão de que a natureza e a identidade do homem só podem ser verdadeiramente encontradas, em outra parte, em Deus. Essa tese põe em voga o lugar do espírito humano na hierarquia do mundo.

A introspecção concerne à alma na exata medida em que as almas humanas são o núcleo do universo criado. Sinal disso é a importância da confissão; introspectiva por excelência, não é uma atividade restrita a conteúdos privados, as lembranças pessoais. Seu papel é investigar o homem, mas também o mundo, e reconhecer uma ordenação voltada para Deus. A alma humana exibirá sua centralidade quando for compreendida fundamentalmente como esforço, como procura, como vontade.

Por isso, o pensamento humano deve também encontrar-se profundamente transformado. Por isso que as Escrituras não nos ordenam somente crer em Deus, mas também ter fé em Deus. *Hoc est opus Dei*, escrevia São João (6, 29), *ut credas in em quem ille misit*. Sem dúvida, para ter fé nele, é preciso, antes, crer nele, pois aquele que acredita nele não necessariamente tem fé nele: *non autem continuo qui credit ei, credit in eum*: pois até os demônios acreditam em Deus, mas não têm fé em Deus, e nós, inversamente, acreditamos em São Paulo, mas não temos fé nele. O que é, portanto, ter fé em Deus? É, ao acreditar nele, amá-lo, gostar dele com ternura, penetrar nele através do amor, incorporar-se a seus membros. Eis a fé que Deus exige de nós e que, depois de tê-la exigido, só a encontra em nós porque a doou a nós para, em seguida, poder encontrá-la em nós. Logo, não é qualquer fé porque a que Deus reivindica, mas, segundo a palavra do apóstolo (Gí, 5, 6), a fé que opera através da caridade. Se esta fé se encontrar em nós, ela nos dará a inteligência, pois nos dá-la é de sua natureza.

3.2 A graça e o livre arbítrio

A graça é apresentada em Santo Agostinho, como uma experiência relacional entre o homem e o divino, ou seja, a relação humana com Deus e Cristo redentor, e se inscreve na relação entre livre-arbítrio e liberdade, não sendo estes termos sinônimos.

Nessa acepção, a liberdade é resultante do influxo da graça sobre a vontade, para que esta penda para o bem, já o livre-arbítrio é o meio pelo qual ela atua. Assim sendo, os homens, ao exercerem o seu livre-arbítrio, tanto podem se aproximar quanto se afastar de Deus. Ressalta-se que se tornam mais livres à medida que seus atos os aproximam do Eterno, pois se encontram menos sujeitos aos vícios e vicissitudes do livre-arbítrio.

De forma relacional, portanto, graça e liberdade marcam indelevelmente a trajetória humana, pois dessa relação brota o início da fé, geradora da esperança. Por sua vez, a esperança possibilita ao cristão perseverar até a justificação estar completa, na Jerusalém celestial, onde gozará da justiça e graça eternas, nas palavras de Santo Agostinho:

Estais certos, portanto, de que não trabalhais em vão, se perseverardes até o fim do bom propósito. Deus, que agora aos libertados não retribui conforme suas obras, então retribuirá de acordo com suas obras. Deus retribuirá o mal com o mal, porque é justo; e o bem pelo mal, porque é bom. E retribuirão bem com o bem, porque é bom e justo, e não retribuirá o mal com o bem, somente pelo fato de que não é injusto. Resumindo: dará o bem pelo mal, a graça pela injustiça, o bem pelo bem, graça sobre graça (Santo Agostinho, 2002, p. 45).

3.3 O tempo como distensão da alma

Para explicar o tempo, Agostinho recorre a um termo que chama de “distensão”. Ou seja, o tempo é um *distentio anima* (distensão da alma), e permite a coexistência, no presente, do passado e do futuro. É, segundo Agostinho, esta distensão que lhe dá precisamente uma extensão, e permite então ser medido. O tempo é, pois, resumindo: “a extensão da própria alma”.

Longe de mim a ideia de que tu, Criador do universo, Criador das almas e dos corpos, conheças do mesmo modo grosseiro o futuro e passado! És bem mais maravilhoso, bem mais misterioso. Porque aquele que canta ou que escuta um cântico conhecido passa por estados diversos de sentimento e é dividido entre a expectativa dos sons que ainda vêm e a lembrança dos sons passados. Nada de semelhante acontece contigo, a ti que és imutavelmente eterno, verdadeiramente Criador eterno das almas. Como conhecestes “no princípio o céu e a terra”, sem modificação no teu conhecimento, do mesmo modo criaste “no princípio o céu e a terra”, sem que se modificasse a tua ação. (Agostinho, 2002, p. 43).

O tempo tomado em si mesmo e fora da alma se resume a um instante indivisível, ao que chamamos de presente e que não pode ser medido. O futuro, tampouco está sujeito a medição, se o considerarmos alheio à alma, porquanto simplesmente ainda não existe. E o passado também não está sujeito a nenhuma medida, ao menos, se o considerarmos enquanto tal, já que em si mesmo nem sequer existe mais.

Entretanto, se transferimos o tempo à alma, então é possível, de algum modo, medi-lo, sobretudo no que toca ao passado. Já que, o que não existe mais em si mesmo, existe na memória. É até mesmo parte do senso comum que as impressões que guardamos das coisas passageiras sobrevivem à sua transitoriedade, em nossa lembrança. Ao compará-las, somos capazes de verificar os intervalos que lhes sucedem, podendo assim avaliar, se são mais longos ou mais curtos

CONCLUSÃO

Agostinho é um conciliador da fé e da razão, embora valoriza mais a fé. Enquanto a razão que precede a fé (*ratio ante fidem*) é apenas e somente razão natural, o mesmo já se não pode dizer da razão que opera ou atua depois e dentro da fé (*post fidem*). A razão nos faz entender a fé e através desta se adquire o conhecimento. A razão é a fé podem caminhar separadamente, no entanto, a razão seria vazia se não fosse acompanhada da fé.

A relação entre fé e razão constitui o núcleo essencial do método agostiniano na busca incansável da felicidade ou da sabedoria. No livro V, 7, das *Confissões*, Agostinho afirma claramente que o seu regresso à fé, embora ainda doutrinalmente informe e sem as obras, precedeu as descobertas dos livros dos Platônicos. Enxerga na filosofia platônica contribuições para os seus próprios estudos em relação a razão e a fé, e em determinado momento, ele acaba por “cristianizar” as ideias de Platão no que se refere ao mundo sensível e o mundo inteligível.

Agostinho afirma que o mundo sensível preconizado por Platão é, na verdade, Reino dos Homens, criado também por Deus, O Mundo Inteligível de Platão é comparado ao Reino dos Céus.

Aquilo que é Bom, Belo e Uno é eterno e o que é eterno é Bom e belo. Este elemento está posto em Agostinho porque Deus é a expressão da Beleza.

Para Agostinho, Deus é o grande criador do tempo e do espaço e assim como a vida humana é dotada de início, meio e fim. O grande início, seria a criação do Mundo inteligível, ou seja, A grande Criação como um grande ato de bondade e esse ato de bondade deve ser inquestionável. Já o meio, seria o mundo sensível, ou seja, o reino dos Homens e o fim se dá através da conversão, o reino dos céus, para isso, convida o indivíduo a fazer uma reflexão sobre si mesmo e perceba que o mal está em si, e ao perceber isso, é necessário que o indivíduo se converta, haja vista que o mal é a ausência de Deus.

Se Agostinho nem sempre distingue expressamente, no conjunto das verdades recebidas pela fé (*fides quae*), entre verdades acessíveis à razão natural e mistérios. Há pois uma filosofia em Agostinho, se tivermos em conta o papel por ele assinalado à razão como preparação prévia para a adesão de fé (*intellige ut credas*), embora, não se encontre um conhecimento elaborado, metódica e sistematicamente, como disciplina autónoma, à parte da teologia.

De resto, se a própria razão natural, no exercício das suas funções normais, muito pode beneficiar com a sua submissão à fé (confiança na autoridade dos pais, dos sábios, dos mestres (*fides qua*), muito mais pode beneficiar a mesma razão natural na compreensão dos mistérios sobrenaturais, como repetidamente o refere Agostinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, S. A graça de Cristo e o pecado original. In: AGOSTINHO, S. **A graça** (I). Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.

AGOSTINHO, S. **A Graça**. São Paulo: Paulus, 2002. (A Graça e a Liberdade, v.2).

AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. 24.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AGOSTINHO, S. **O livre arbítrio**. Tradução, organização, introdução e notas de Nair de Assis Oliveira. Revisão Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995. [Patrística].

GILLSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Tradução Cristiane Negreiros. São Paulo: Discurso; Paulus, 2006.

JUÁREZ, A. U. **San Agustín**. Madrid: Ediciones del Orto, 1996.

LIMA VAZ, Henrique C. de Antropologia **Filosófica**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MISIARA, A. P. Confissões. In: “**Miscelânea Universitas**”. Atualidade de Santo Agostinho. Sorocaba: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1955.

